



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001907-45.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP

ASSUNTO: Contratação emergencial – Segunda - Dispensa de licitação tradicional – Contratação temporária de agência de fornecimento de passagens aéreas.

DESPACHO Nº 1345 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, visando à contratação emergencial e temporária de agência de fornecimento de passagens aéreas para emissão de bilhetes, cotações, reservas, marcações e cancelamentos de trechos nacionais e internacionais em favor deste Tribunal, haja vista a execução do Contrato n. 11/2023 (SEI n. 1019222 do PSEI n. 0003344-58.2022.6.22.8000) estar próxima de exaurir o valor contratado (R\$ 337.248,72), inclusive após o aditamento do valor em 25% (R\$ 84.312,18 - Despacho 1106/2023-DG - SEI 1063160) ([1068125](#)).

Para instrução dos autos, carreu-se o documento de formalização de demanda ([1068150](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1075660](#)); o termo de referência ([1078141](#)); e documentos de propostas e de habilitação das cotantes.

O Termo de Referência n. 8/2023 - PRES/DG/SGP/GABSGP ([1078141](#)) reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, fundada na situação de emergência, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Consta do item 3 do TR que a contratação pretendida decorre da previsível execução total da contratação emergencial registrada no PSEI n. [0003344-58.2022.6.22.8000](#), já se considerando o aditamento de 25% (vinte e cinco por cento). Registrou-se, ainda, que a COTEP autuou o PSEI n. [0001634-66.2023.6.22.8000](#), visando



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

à elaboração de estudos técnicos preliminares para a feitura do procedimento auxiliar de aquisição denominado credenciamento. Esse procedimento tem como finalidade fazer a aquisição direta de passagens com as companhias aéreas de aviação civil em atuação no Brasil, tratando-se de regime será inédito neste Tribunal, bem como pouco explorado ainda no cenário nacional. Assim, considerando não haver como mensurar prazo conclusivo para a referida solução, pugna-se pela autorização da presente contratação emergencial, a fim de suprir a despesas com o objeto nos meses de novembro e dezembro de 2023, assim como para cobrir o que faltar no mês de outubro e o que eventualmente extrapolar o previsto nos meses de novembro e dezembro.

Nos termos do item 4.4 do TR, o contrato terá prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias e prazo de vigência de 150 (cento e cinquenta) dias, ambos a contar da assinatura do instrumento contratual.

Realizada a Cotação de Preços no mercado local, 4 (quatro) empresas apresentaram propostas, a saber, as empresas: a) AGÊNCIA AEROTUR LTDA - CNPJ 08.030.124/0001-21, sem desconto sobre o valor das passagens; documentos de habilitação juntados nas páginas 1-40 do evento 1073732; b) CAPITAL TURISMO LTDA - CNPJ 04.2646.278//0001-27, sem desconto sobre o valor das passagens; documentos de habilitação juntados nas páginas 7-12 do evento 1014132; c) WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - CNPJ 07.340.993/0001-90, com desconto de 5% sobre o valor das passagens; documentos de habilitação juntados nas páginas 45-49 do evento 1073732 e 89-121 do evento 1074880; e d) L.A. VIAGENS E TURISMO LTDA - CNPJ 04.613668/0001-65, com desconto de 2% sobre o valor das passagens; documentos de habilitação juntados nas páginas 41-44; 50-120 do evento 1073732 e 1- 88 do evento 1074880 e, ainda, nos eventos 1074882 e 1075659.

De acordo com a unidade demandante, em que pese a empresa Webtrip Agencia de Viagens e Turismo Ltda. ter apresentado o maior desconto, mesmo após diligências, não comprovou os requisitos de habilitação e as declarações necessárias à contratação. Dessa forma, a empresa L.A. Viagens e Turismo Ltda., CNPJ n. 04.613668/0001-65, sagrou-se vencedora da cotação de preços.

O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 ([1077789](#)). A SPOF, por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sua vez, juntou aos autos a Programação Orçamentária ([1077841](#) e [1077845](#)), para custear o valor total da despesa.

A SAC, após diligências necessárias e análise do TR, complementado pela Proposta e Habilitação juntada no evento ([1074882](#) e [1075659](#)), concluiu que aquele encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021, para contratação direta por dispensa de licitação ([1080229](#)).

A SECONT elaborou a minuta de contrato de evento n. [1080730](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após, análise, concluiu que o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Ademais, opinou pela adequação legal dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela possibilidade jurídica da contratação emergencial, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência retrocitado, diretamente com a empresa L.A. VIAGENS E TURISMO LTDA; e pela necessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1076241](#)). Ademais, no tocante à eventual apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial, entendeu que as justificativas constantes nos autos afastam eventual apuratório com essa finalidade ([1081032](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela autorização da despesa de contratação emergencial por dispensa de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC ([1075660](#)); pela contratação direta da empresa L.A. VIAGENS E TURISMO LTDA por dispensa de licitação; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 6 do TR; e pela publicação do ato de dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, bem como a divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, e a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([1081696](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022.

Como relatado, a SGP pleiteou, em regime de urgência, a contratação de empresa especializada para emissão de passagens aéreas, justificando a necessidade da presente contratação emergencial na previsível execução total da contratação emergencial registrada no PSEI n. [0003344-58.2022.6.22.8000](#), já se considerando o aditamento de 25% (vinte e cinco por cento), bem como não haver como mensurar prazo conclusivo para a solução em trâmite no PSEI [0001634-66.2023.6.22.8000](#), a qual visa a aquisição direta de passagens com as companhias aéreas de aviação civil em atuação no Brasil.

Nota-se, assim, que a contratação emergencial visa, de fato, a preservar a continuidade da prestação dos serviços e das atividades finalísticas deste tribunal com os deslocamentos aéreos de seus agentes públicos (magistrados e servidores), uma vez que o valor financeiro disponível do contrato em vigor está crítico para comportar todas as viagens demandadas.

Portanto, não resta outra alternativa que não seja a via da contratação direta, por dispensa de licitação, em razão de situação emergencial. Para hipóteses tais como esta, a Lei n. 14.133/2021, nos termos do inciso VIII do artigo 75, assim estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

...

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Pela simples leitura do dispositivo legal citado, denota-se que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, público ou particular. Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos, no que relevante para esta análise:

- a) a situação adversa deve caracterizar uma urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos;
- b) deve ser dimensionada somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano contado da data de ocorrência da emergência;
- c) são vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

No caso em análise, constata-se que as justificativas apresentadas pela SGP no capítulo 3 do TR cumprem os requisitos legais à caracterização da contratação emergencial demandada. Acrescente-se ainda que, de acordo com o item 4.4 do TR, o contrato que se pretende terá prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias e prazo de vigência de 150 (cento e cinquenta) dias a contar a contar da assinatura do instrumento contratual, o que revela que foi dimensionado apenas para o atendimento da situação emergencial e que, mesmo adicionado ao prazo de vigência do primeiro contrato emergencial firmado para o atendimento da demanda especificada como urgente, não excederá o prazo máximo de um (01) ano exigido pelo inciso VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

Ademais, a emergência decorre da lacuna temporal entre o esgotamento do lastro orçamentário do atual contrato de fornecimento de passagens aéreas e, a conclusão do processo licitatório para efetivação de nova contratação do referido objeto. Assim concluído o certame e realizada nova contratação dele decorrente, a situação emergencial que fundamenta a contratação no presente caso, finda, bem assim, a vigência da própria contratação ora analisada.

Assim, não se pode olvidar que, uma vez presentes todos os requisitos previstos no ordenamento jurídico, cabível será a dispensa de licitação por emergência, considerando que, neste momento, não se mostra possível observar o procedimento licitatório ordinário, com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendimento de todos os prazos e formalidades, sem que isso possa implicar riscos sérios de danos à continuidade das funções desta Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes.

Não obstante, verifica-se que no caso concreto a melhor solução adotada realmente é o processamento da contratação de forma direta, por dispensa de licitação, ante a situação de emergência devidamente demonstrada nos autos, enquadrando-se nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.

Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, na forma do § 6º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

I - valores praticados pelo mercado: situação que foi demonstrada por meio da pesquisa de preços levada a cabo pela unidade demandante (1014702) e analisada na Seção 3.1.2 do parecer jurídico;

II - adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório: verifica-se que o processo SEI 0001634-66.2023.6.22.8000, que tem como objeto nova contratação do serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, mediante licitação na modalidade de pregão eletrônico, encontra-se com sua tramitação regular, estando ainda pendente de autorização do certame por estar sob análise por esta autoridade administrativa;

III - sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial: sobre este ponto, a AJSAOFC entende que as justificativas apresentadas pela SGP no item 3 do TR - somadas àquelas que constam também do mesmo capítulo do TR da primeira contratação emergencial (0995377), afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que a contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão, elementos objetivos exigidos, como na Orientação Normativa n. 11 da AGU.

Ademais, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação ([1068150](#)); b) Estimativa da Despesa ([1075660](#)); e c) Termo de Referência ([1078141](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Por fim, devido tratar-se de dispensa não em razão de valor, mas sim originada em situação emergencial, com serviços que resultam



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigações futuras à contratada, é imperiosa a adoção do instrumento de contrato, cuja minuta foi juntada ao processo pela SECONT ([1080730](#)) e devidamente analisada pela AJSAOFC, que aprovou seus termos, ante a constatação da adequação às regras disciplinadas pelo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018, autorizo a dispensa de licitação, em razão de situação emergencial reconhecida pela SAOFC, na forma do inciso VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, e

1 - aprovo o Termo de Referência n. 8/2023 - PRES/DG/SGP/GABSGP ([1078141](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento n. [1075660](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

3 - adjudico o objeto à empresa L.A. Viagens e Turismo Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 04.613668/0001-65, no valor total de R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais); e

4 - Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, determino a **publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal em razão do valor e, com fundamento no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, a divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **sítio eletrônico oficial do TRE-RO**.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 17/11/2023, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1082660** e o código CRC **44B9C018**.